



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BEBEDOURO  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
RUA Dr. Tobias Lima, 1.370 – Centro – 17-3342-6175 - ramal 202

## REUNIÃO ORDINÁRIA

**Ata nº 03/2026** aos dias trinta do mês de março de dois mil e vinte seis, às oito horas e trinta minutos reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Educação, para cumprirem a pauta: 1 - Análise de prestações de contas educação e QSE; 2 - Plano Municipal de Educação; 3 – Plano de Primeira Infância; 4 – Emendas Impositivas; 5 – Ofício do prof. Igor sobre a jornada docente. A saber dos presentes: **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:** TITULAR: Maria Helena Venturini, SUPLENTE: Adriano Del Santo; **REPRESENTANTE DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ENSINO FUNDAMENTAL** TITULAR: Jennifer Roberta de Lima Oliveira SUPLENTE: Tamires Lombardo Ribeiro; **REPRESENTANTE DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS QUE ATUAM, COMPROVADAMENTE, EM PROGRAMAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO BÁSICA:** TITULAR: Lucia Helena Felipe Panzelli; **REPRESENTANTE DAS REDE PRIVADA E ESTADUAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL MÉDIA:** TITULAR: Lucas Dias Dionísio; **REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL:** TITULAR: Gabriela Bittencourt Balbi Larocca; **REPRESENTANTE DE DIRIGENTES DE UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL** TITULAR: Sonia Maria de Oliveira Paro SUPLENTE: Deolinda Ramos Spido; **REPRESENTANTE DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA: EDUCAÇÃO INFANTIL** TITULAR: Joyce Monteiro Emiliano SUPLENTE: Vanessa Moretti Lima. Não houve justificativas de ausências. A reunião deu início com a conselheira Tamires fazendo a leitura da ATA anterior, sendo aprovada pelos membros presentes. A presidente Joyce anunciou que a secretária Angelica pediu um espaço para participar da reunião de hoje, trazendo a pauta do PNE (Plano Nacional de Educação) que foi aprovado semana passada no qual entraremos em discussão; em seguida, Joyce continuou com a leitura do requerimento feito pelo professor Igor Alexandre (professor da educação infantil II e do ensino fundamental I) sobre a regularização da Jornada docente dos professores da rede municipal de ensino de Bebedouro, do qual consta no requerimento que em Novembro de 2025 houve uma reunião com a secretaria educação juntamente com um professor representante de cada unidade escolar bem como as presenças dos membros dos conselhos do CME e Fundeb no qual foi apresentada a proposta da nova jornada, sendo apoiado pela maioria dos representantes. Sendo assim Igor questiona sobre a demora da implantação da nova jornada, sendo que os professores das oficinas curriculares efetivados neste ano de 2026 já iniciaram suas funções com a jornada implantada, com os 3 ATPes de direitos dos professores e os professores efetivos do ensino regular da rede municipal ainda não obtiveram esses direitos. Quais seriam os motivos para ainda não esta em vigor a nossa Jornada docente? O CME tem acompanhado os tramites da implantação da jornada? Foi estabelecido um prazo para que o projeto avance na Câmara Municipal? Joyce colocou que tentou conversar com a secretária Angelica sobre o assunto, assim que recebeu o requerimento, mas não conseguiram se organizar na agenda para conversarem. Em reuniões passadas já foi colocado que havia ficado estabelecido que as escolas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BEBEDOURO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
RUA Dr. Tobias Lima, 1.370 – Centro – 17-3342-6175 - ramal 202

mandassem uma resposta sobre a jornada, algo que no dia da própria reunião ocorrida em novembro (2025) não ficou claro, pois o combinado foi que os professores representantes iria levar as propostas até as escolas para mostrar aos outros professores como ficaria a nova jornada, mas não que deveria fazer uma votação ou um parecer das unidades escolares de aprovação ou não; a conselheira Jenifer colocou que vários professores procuram os membros do CME para perguntar sobre a jornada e o que os Conselhos estão fazendo diante desse assunto, pois muitos professores estão esperando a jornada ser implantada. A conselheira Maria Helena falou que os professores das Oficinas curriculares estão com a jornada de 35 horas semanais, diferente dos professores regular que são 30 horas; e a duração das aulas das oficinas quanto do regular são de 50 minutos, quando a jornada for implantada também terá que mexer na carga horaria das oficinas curriculares passando as aulas de 50 para 60 minutos, isto quer dizer que a jornada dos professores das oficinas curriculares ainda não esta totalmente implanta; mas a conselheira Jenifer colocou mais uma vez que a secretaria Angelica havia já falado em reuniões passadas que os professores das oficinas já iriam ser efetivados com a jornada correta, o que gerou algumas duvidas no momento da reunião, mas Maria Helena reforçou que a mudança para eles de fato, não traria muita diferença, somente no tempo duração das aulas, algo que tiraremos a duvida no momento da participação da secretaria na reunião de hoje. Em seguida Joyce leu um requerimento do Miguel Quessada sobre a efetivação dos profissionais de apoio e sabendo da carência desses profissionais no momento que a rede está enfrentando, por conta das desistências e tempo hábil para exames médicos antes de assumir os cargos, os mesmos em estágio probatório serem nomeados pelo Prefeito para assumirem cargo comissionado, qual o posicionamento desse Conselho quanto ao remanejamento desse profissional de apoio ao cargo de setores públicos; o CME tomou conhecimento desse assunto; quais justificativas sobre não contratar profissional de apoio substituto quando há faltas ou vacância desses profissionais?, quais estratégias as escolas estão fazendo para não pedirem para as famílias não enviar as crianças assistidas quando este apoio falta? Legalmente o CME tem ciência que algumas unidades escolares de educação infantil estão trocando o ATPC (horário importante de reunião pedagógica junto aos professores para estudo e planejamento) por não terem profissional de apoio suficiente para cobrir o intervalo que é de direito do professor? Diante de tantos questionamentos, Joyce foi orientando os membros presentes por partes para serem respondidos os questionamentos de Miguel Quessada, começando: sobre o apoio escolar estar sendo direcionados a outros setores, Joyce relata que tem ciência de um caso de um profissional de apoio da escola EMEB Stélio Machado Lourerio ter sido chamado para assumir um cargo comissionado na secretária de esportes, Joyce perguntou se a SEMEB estava sabendo de mais casos parecidos; Maria Helena falou que não sabia dessas nomeações, e a Joyce perguntou como que funciona a convocação para cargo comissionado sendo que o trabalhador ainda esta em estágio probatório? Maria Helena explica que essas nomeações são a prefeitura que faz, não soube explicar se chega ate a SEMEB, pois como estamos citando, há uma carência e demora para chamar os profissionais de apoio, e colocar outro no lugar deste que saiu que atendia uma criança atípica ira demorar até que todos os exames medicas sejam feitos, e como será o atendimento a essa criança, duvida



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BEBEDOURO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**RUA Dr. Tobias Lima, 1.370 – Centro – 17-3342-6175 - ramal 202**

essa que também achamos por esperar a secretária Angelica chegar para perguntar; se assim não for esclarecido, iremos solicitar a prefeitura para que nos responda de maneira oficial; Maria Helena colocou que estão com muita dificuldade no momento em acertar todos os profissionais onde necessita, pois muitos também estão exonerando os cargos, ou trocando de funções quando o concurso chama, como monitor de transportes e apoio escolar; Maria Helena disse que já foram chamados na ultima semana 18 profissionais que estavam faltando, estarão fazendo exames e que logo vão assumir seus cargos; a conselheira Sonia Paro fez sua colocação em como que esses profissionais de apoio estão chegando nas unidades escolares, diante da demanda de desistência dos mesmos, relatando que na unidade escolar onde atua, uma funcionária trocou a função de monitor de transporte para ser apoio profissional alegando que estava cansada de estar no ônibus todos os dias, e a mesma não sabia qual seria a sua função exatamente com uma criança atípica, que nunca havia ouvido falar em autismo ou crises que uma criança possa ter; a Conselheira Gabriela disse que essa profissional ainda não assumiu a função, mas que a orientou sobre o autismo, o que era, a convidou para participar de uma palestra, e a mesma não demonstrou interesse em participar ou aprender; diante dessa situação, Joyce sugeriu que marcássemos uma reunião com os diretores escolares para passar orientações sobre a importância de fazer um bom estágio probatórios desses profissionais, pois uma vez efetivos, nada mais poderá fazer quanto orientações e aconselhamentos desses profissionais, onde a responsabilidade poderá recair aos diretores escolares que cuidam das avaliações dos probatórios. Joyce também colocou uma situação que vivencia nas unidades escolares em que atua sobre o profissional de apoio ser do sexo masculino: em uma unidade o profissional troca, da banho e todo o atendimento que a criança necessita, já em outra unidade há um preconceito do profissional do sexo masculino realizar esse tipo de atendimento, sendo necessário a professora da sala regular parar suas propostas para que possa fazer a troca dessa criança, pois o profissional por ser homem não pode fazer. O conselheiro Lucas colocou que a sociedade enxerga nessas atitudes que somente o homens exercem violência contra à criança, sendo que há relatos de mulheres que também faz, e que as pessoas precisam tirar esse preconceito e atribuir as funções de maneira igualitária naquilo que cabe a cada função, no edital não estava especificado se o profissional de apoio deveria ser do sexo feminino, mas estava especificado as demandas que profissional teria. Por isso a importância dessa reunião com os diretores para orientar de maneira clara e igualitária a função dos profissionais de apoio e de fazer uma boa avaliação no estágio probatório. Ainda sobre o requerimento do Miguel Quesada, o horário de ATPC sendo trocado pois os professores da educação infantil estão sem intervalo por falta do profissional de apoio (lembrando que o intervalo do infantil é diferente do ensino fundamental, pois as crianças não saem juntas, pois não podem ficar sozinhas nas suas refeições), Joyce relatou que é uma realidade que ocorre na unidade escolar em que atua, e que foi autorizado pela SEMEB em caso excepcional, isto é, entende-se que não só na unidade em que atua, mas não é em todas as unidades, assunto esse que já surgiu na reunião passada, é uma situação esporádica, até que tudo seja organizado, pois estamos num momento de efetivação e adaptação desses profissionais no qual muitos estão desistindo dos seus cargos e o processo de chamamento do concurso começa do zero a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BEBEDOURO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
RUA Dr. Tobias Lima, 1.370 – Centro – 17-3342-6175 - ramal 202

todo instante, acreditamos que no segundo semestre tudo estará mais organizado que os CEMEIS poderão retornar as rotinas normalmente. Nesse momento a secretária Angelica chegou para participar da reunião juntamente com os supervisor de ensino Jeferson, esclarecendo mais uma vez sobre as contratações dos profissionais de apoio, e que desde janeiro estão fazendo o chamamento do concurso para esses profissionais, pois está havendo muitas trocas e desistências dos mesmos, e que esta junto aos diretores buscando estratégias para atender os casos mais urgentes. Esta sendo elaborado uma instrução para serem entregues aos Diretores das unidades escolares com orientações para serem passadas aos profissionais de apoio, pois os mesmos são funcionários com sede na SEMEB e não nas escolas; Angelica também comentou sobre o processo seletivo e já esta sendo finalizado para acontecer ainda no primeiro semestre de 2026, que irá contemplar o cargo de profissional de apoio para substituição. Angelica também voltou a comentar sobre o ofício da reunião passada das atribuições dos professores para recomposição de aprendizagem, que é algo que ocorre depois dos inicio das aulas e das avaliações diagnosticas feita pelos professores para poderem selecionar quais crianças que precisam desse recurso para depois fazer atribuição, o que no caso já ocorreu, já teve formações para esses professores e que as aulas de recomposição também já iniciaram. Joyce continuou retornando alguns assuntos que tivemos duvidas e deixamos para a secretária responder, começando: pela adequação da jornada (requerimento do professor Igor Alexandre), Angelica respondeu que SEMEB esta sobrecarregada com as demandas que já vem discutindo e que de fato precisamos retomar os estudos da jornada, marcar uma nova reunião e decidir que iremos alterar ou mandar o projeto pra Câmara Municipal do jeito que está e articular um mesmo ponto de vista para que seja aprovado. Angelica trouxe também a questão do PNE que foi aprovado recentemente pelo MEC e plano da primeira infância trazendo novas politicas, Sonia sugeriu então marcar uma data para realizarmos esses estudos e a conselheira Jenifer colocou novamente sobre as cobranças dos professores sobre a implantação da jornada; e a questão da reunião dos Diretores para organizar uma documentação única de orientação aos profissionais de apoio que estão chegando, delimitando suas funções e sobre a realização do probatório desses profissionais, Angelica falou que a documentação do probatório é do RH e que de fato precisa melhorar algumas questões, e para explicar para secretária os assuntos Gabriela retomou sobre sua funcionária do profissional de apoio e o Lucas retomou sobre o profissional de apoio ser do sexo masculino e não estar desenvolvendo certas funções como limpar ou trocar por questões julgamentos preconceituosas da sociedade; Angelica disse que no edital as funções de cada cargo não especifica ser masculino ou feminino; então Lucas colocou trabalhar mesmo a consciência e a quebra de tabu sobre as funções de certos cargos estar limitados a questão de gêneros dentro das escolas e na sociedade. Angelica orientou realizar sim uma reunião, mas já com a pauta pronta, partindo do probatório e seguir para outras questões, enviando uma enquete antes para que as duvidas sejam respondidas e repassadas. Joyce também retomou o assunto do profissional que foi remanejado para cargo comissionado; Angelica explicou que o cargo comissionado pode ser convite para qualquer funcionário publico independente se é efetivo ou não, e a conselheira Tamires perguntou se a avaliação do probatório continua ou não, pois não acha



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BEBEDOURO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
RUA Dr. Tobias Lima, 1.370 – Centro – 17-3342-6175 - ramal 202

justo a avaliação continuar fora da sua função, mas Angelica colocou que a avaliação continua de como ele irá realizar suas funções para onde foi designado; e sobre o questionamento dessa nomeação, Angelica disse que não tem como responder e sugeriu que nós enviássemos um ofício a prefeitura para que o questionamento do Miguel Quessada possa ser respondido, o que nos foi adiantado que será convocado outro profissional de apoio da lista do concurso para assumir a função que ficou vaga. Joyce deu sequência sobre a lei 18.425 de 13 de março de 2026 aprovada pelo Governo do Estado sobre as Creches e Cemeis criarem espaços para as mães poderem amamentar, Angelica falou que as escolas novas já foram planejadas com a inserção desse espaço, já as escolas mais antigas terão que adequar esse espaço. Em seguida Angelica retomou sua pauta de participação da reunião do CME falando do Plano Municipal da primeira infância e sobre as novas políticas, publicada e passada pela Câmara Municipal, e junto a secretaria municipal já elaboraram o decreto do plano da primeira infância, agora esta em processo de construção do documento, que será enviado um ofício para outros setores da administração pública, pois apesar da secretaria de educação ter tomado a frente da construção do documento, ele é feito e organizado em conjunto com outras administrações públicas como saúde, assistente social, cultura, conselho tutelar, e nesse ofício pedir a nomeação de dois representantes (um titular e um suplente) para participar da elaboração do plano da primeira infância; essa escolha de representante foi destinada aos membros do CME também, que posteriormente será decidido pela enquete no grupo de whatsapp, para que todos possam ter ciência e poder se manifestar caso tenha interesse em participar da construção do plano da primeira infância. Angelica colocou que o supervisor Jeferson já está organizando os estudos do plano da primeira infância para que posteriormente possa apresentar e elaborar junto aos representantes dos comitês escolhidos após a publicação da portaria das nomeações dos representantes, para em seguida iniciar as reuniões. Nesse momento Jeferson conseguiu participar de reunião do CME e falou um pouquinho sobre o Plano da primeira infância e da sua importância na regularização do atendimento às nossas crianças. Elogiou a atuação do CME, da nossa gestão ativa, democrática e atuante, princípios importantíssimos para seguirmos nas demandas que temos pela frente. Explicou que a educação infantil durante muito tempo foi vista como assistencialismo, não só em nível de bebedouro mas de estado e Brasil. A ideia do Plano da primeira infância é criar base para que as crianças de 0 à 5 anos possam receber uma educação de qualidade, com garantias de excelência para avançar nas fases seguintes. O prazo de vivência do plano será de 10 anos, elaborando as metas a serem cumpridas em conjunto. Jeferson também comentou da aprovação do PNE com suas estratégias e metas, a partir dos estudos, ver em nosso antigo plano quais metas foram atingidas, iniciar esse movimento, para que assim que sair o plano estadual, já possamos estar quase concluindo o PME. Com o assunto do PME, Angelica aproveitou para nos explicar que pediu ao setor Jurídico para que prorrogue o PME por mais dois anos (o nosso PME venceu em dezembro de 2025), pois para se construir um novo PME será necessário ter em mãos o PNE e o Estadual para que não haja divergências nos objetivos e metas, como ocorreu com o nosso como o supervisor Jeferson lembrou: no plano municipal a alfabetização se daria até o final do terceiro ano do ensino fundamental e no plano estadual até o final do segundo, então para não haja essas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BEBEDOURO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**RUA Dr. Tobias Lima, 1.370 – Centro – 17-3342-6175 - ramal 202**

divergências de novo se faz necessário a prorrogação do PME; Angelica colocou a sua preocupação na interpretação que poderão surgir ao pedido de prorrogação do PME como se o município tivesse perdido o prazo para formalizar outro, e na verdade são pelos motivos apontados acima, a espera do PNE e do estadual para formalizar o municipal; Angelica também colocou que participou de uma reunião na Diretoria de Ensino de Jaboticabal com mais dez municípios, e um dos assuntos foi o PNE e a prorrogação dos planos municipais das cidades presentes, isto é, não se trata de Bebedouro. Diante das explicações e justificativas do pedido de prorrogação do PME, Angelica pediu à presidente Joyce para que formule um parecer para ser levado a Câmara Municipal para os vereadores poderem aprovar a prorrogação do plano, a ideia é que a Joyce enquanto representante do Conselho consiga conversar com os vereadores juntamente com a secretária de educação. Surgiu também a questão de haver professor contratado somente para salas cujo o efetivo esteja afastado para outras funções como coordenadores, vice diretores ou cargos comissionados, caso contrario tem que chamar professor efetivo: a preocupação dessa ação do Ministério Público é que futuramente, possivelmente, teremos muitos professores adidos (sem sala para atribuir), pois a demanda e a clientela muda a cada ano, uma vez que as famílias estão diminuindo o numero de filhos e se a verba vem na porcentagem de quantidade de aluno, teremos um problema futuramente com professores excedentes; Angelica disse que as estratégias futuras a ser adotadas será os professores adidos ter que assumir salas de professores afastados ou ficar a disposição da secretaria para substituições. Após os assuntos abordados Angelica encerrou sua fala, prometendo entrar em contato com a presidente Joyce para agendarem um horário para conversarem sobre a jornada docente e angelica anunciou que a palestra com o dr. Herbet que tinha sido reagendada para 30 de abril foi cancelada por não conseguir conciliar a agenda dele, então o calendário escolar segue normal com Conselho de Classe. Seguindo a pauta a presidente Joyce falou sobre as emendas impositivas das instituições filantrópicas que o Adriano explicou que são emendas para a rede de proteção a criação de projetos ou instituições escolhidos pelos representantes como os (vereadores), comumente focando em saúde, educação e infraestrutura, que não precisa de prestação de contas justificando o orçamentário, abrindo caminhos propicio a corrupção. Essas emendas foram parar no STF para serem tipificados pelos seus gestores que autorizam e fazem avaliação e monitoramento dos recursos destinados, no âmbito educacional, a esses setores. Denúncia essa que veio parar na SEMEB para ambio de fiscalização desses recursos orçamentários; e enquanto Conselho Municipal de Educação, avaliar a aprovação dessas emendas à duas instituições filantrópicas no município de Bebedouro: Entidade Casa da Criança Irmã Crucifixo que recebeu emendas nos valores totais de R\$ 66.349,86; Entidade Centro Comunitário Alto da Boa Vista, nos valores totais de R\$12.174,93. No que tange a averiguação das documentações, seus proponentes não podem possuir vinculo com as entidades ao qual as emendas foram repassadas. Analisando os valores, o CME prescreveu dois pareceres: aprovando o repasse da emenda do Centro Comunitário Alto da Boa Vista em sua totalidade e aprovando parcialmente as emendas da Entidade Casa da Criança Irmã Crucifixo por entender que haja uma averiguação de conflito de interesses, visto que um dos seus proponente possui vínculo com a entidade. Joyce deu continuidade



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BEBEDOURO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**RUA Dr. Tobias Lima, 1.370 – Centro – 17-3342-6175 - ramal 202**

com o ofício do SEDUC o transporte do Estado; Adriano explicou que o transporte dos alunos da zona rural não podem ser interrompidos, tem que fazer substituição dos veículos, mas as estradas rurais tem seus desgastes, enquanto um veículo estava arrumando o outro se deteriorava, começou a questionar o por que de usar verba do Governo para consertar veículos alheios ao convenio, a justificativa do município era que os veículos eram escolares, licenciado pelo Detran, para não haver interrupções da oferta do transporte dos alunos da zona rural. Adriano explicou que nos últimos cinco anos aceitaram a justificativas, mas que agora a partir de 2026, os veículos fora do convenio que precisarem de reparos terá que ser ressarcido aos cofres do governo estadual. A estratégia então foi inverter a manutenção aos gastos dos combustíveis, que é de 47%, e o restante deixar para a manutenção dos veículos não cadastrados, que por enquanto esta dando certo. Joyce perguntou como é feita o cadastramento desses veículos; Adriano explicou que é pela quantidade de alunos atendidos: se a rota A por exemplo atende 100% de alunos do Estado a verba vem em sua totalidade, se atende alguns alunos do estado e município é calculado a porcentagem de repasse, se são alunos só do município a totalidade é da prefeitura local. Angelica encerrou a reunião falando um pouco dos preparativos da feira do livro (será dia 11 de abril), trazendo um orçamento com duas escritoras para estarem presentes na feira e durante a semana elas dariam formação para professores do período integral, para professores de educação infantil e 1º ano do ensino Fundamental e para coordenadores pedagógicos, com aquisição de 6 exemplares para cada unidade escolar, mais hospedagem e alimentação ficou no orçamento de R\$ 33.688,00 reais; analisando a importância do contato com os livros para a iniciação da alfabetização, a oportunidade de adquirir novos conhecimentos que será com formações com escritoras, fica aprovada o orçamento para a contratação e a vinda das escritoras para encerramento da semana da leitura com a feira do livro, formações e a compra dos livros para as unidades escolares. Durante as prestações de contas da educação, foi constatado o valor de água referência do mês de fevereiro/2026 da unidade escolar EMEB Augusto Vieira no valor de R\$ 23.157,48 reais. Com as dúvidas esclarecidas e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. A presente ATA foi lavrada por mim, conselheira Tamires Lombardo Ribeiro, e segue assinada por mim e pela presidente deste Conselho.